

Rio de Janeiro

MAIS SIMPLES

Tributo cidadão

Culturalmente, o povo brasileiro não tem o hábito de exigir nota fiscal na compra de mercadorias, ou mesmo prestação de serviços. Com isso, ao longo do tempo, enraizou-se na sociedade brasileira a informalidade, que prejudica o país como um todo à medida que gera sonegação fiscal, impedindo os entes federados de obterem os recursos tão necessários ao desenvolvimento e aos investimentos sociais para que possamos diminuir as desigualdades.

É preciso alterar esse estado de coisas, fazendo com que as empresas se conscientizem da necessidade do devido recolhimento dos tributos, para que possamos crescer, estimulando a produção e gerando riqueza e emprego, através de maior volume de negócios.

Ocorre que o empresário reclama, com justa razão, da enorme carga tributária, que, por muitas vezes, inviabiliza a competitividade, sobretudo para as pequenas empresas. Por outro lado, os governos necessitam da arrecadação dos impostos para efetivar os serviços para a população.

Para que se reduza a carga tributária sem comprometer os serviços públicos e o atendimento à população, é necessário que todos participem, é necessário ampliar a base de contribuintes, fazendo participar da arrecadação aqueles que estão na informalidade e não contribuem com o país. Inclua-se aí os que, embora formalmente cadastrados, não registram na totalidade as suas vendas.

Devemos aproveitar este momento em que se discute o projeto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa para aprofundar a questão, pois existem, hoje, mais de 13 milhões de empresas na informalidade, segundo dados do IBGE, que poderão ingres-

sar no mercado formal.

É absolutamente indispensável um pacto entre o estado brasileiro, empresários e a sociedade, para que possamos construir uma nova ordem, centrada na ética, na coisa certa. Tornar real a economia brasileira, sem fantasias ou falsidades. Com isso, poderemos combater, além da sonegação, a lavagem de dinheiro, a pirataria, ao mesmo tempo que estaremos fazendo justiça fiscal com aqueles que hoje pagam seus impostos corretamente.

Esse pacto começa pela consciência dos governos, nos três níveis da federação, da incapacidade da continuidade desse modelo tributário perverso que pune aqueles que buscam o desenvolvimento do país através do setor produtivo, e cumprem as suas obrigações fiscais, enquanto outros não o fazem. Reduzir a carga tributária para fazer com que o risco da sonegação não seja atraente e assim aumentar a arrecadação sem continuar castigando os mesmos.

Ao mesmo tempo é fundamental a aplicação correta dos recursos públicos arrecadados, para que a população possa sentir a contrapartida dos impostos que ela paga. É necessário, da mesma forma, que exista um acompanhamento público da execução orçamentária e do efetivo emprego desses recursos nas necessidades do povo.

Precisamos sensibilizar a sociedade para a função da arrecadação tributária, mesmo que os seus efeitos só sejam percebidos daqui alguns anos, mas o primeiro passo precisa ser dado. Por isso, é preciso introduzir a consciência da educação fiscal na nação brasileira, a partir da educação das crianças nas escolas, mostrando-lhes a função social do tributo, e a necessidade da cobrança da aplicação dos recursos, como exercício de cidadania.

Nelson Rocha

CONSELHEIRO DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Portal : www.maissimples.org.br / e-mail : nelsonrocha@maissimples.org.br